

Unternehmen außer Kontrolle

Runder Tisch Brasilien, 03.-05.12.2010 in Weimar

Forum 4: Investitionen zum Staudammbau Belo Monte

ReferentInnen: Antônia Melo (FVPP) und João Roberto Lopes Pinto (IBASE)

Moderation: Almute Heider (Misereor)

Protokoll: Gislene Lima (KoBra)

Antônia Melo: líder e ambientalista da Fundação Viver, Produzir e Preservar e uma das lideranças do Movimento Xingu Vivo para Sempre e coordenadora do Movimento de Mulheres do Campo e Cidade do Pará.

João Roberto Lopes Pinto, cientista político, coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e membro da Plataforma BNDES, conjunto de organizações da sociedade civil defensoras da democratização do banco.

Antonia Melo abriu sua exposição enfatizando alguns dados sobre o Rio Xingu, que nasce no leste do Mato Grosso e percorre mais de 2.000 km de extensão até desaguar no Rio Amazonas, no Pará.

Altamira é a cidade pólo do complexo de Belo Monte, fica a 720 km de distância de Belém e tem nada menos que 159.700 km². Altamira é o maior município em extensão territorial do Brasil, ultrapassando inclusive o tamanho de países como Bangladesh, Grécia e Portugal. Além disso, Altamira tem quase 99 mil habitantes, sendo 73,6 mil moradores em região urbana e 25,1 mil pessoas que moram em área rural. Com a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, mais de 50 mil pessoas serão expulsas de suas terras e isso é subestimado no EIA/RIMA por se tratar de um grupo de povos do Xingu.

Segundo Antonia Melo, juntamente com Tucuruí, a construção da UHE no Rio Xingu foi concebida nos anos 60 e 70, na época denominada Kararaô - que significa Grito de Vida. Para os povos indígenas uma ironia, já que o projeto é sinônimo de morte e não de vida.

Ela fez um resumo dos 20 anos de batalha dos movimentos sociais contra a obra e dos 10 anos de contestação jurídica do Ministério Público Federal no Pará, detalhando as principais das várias irregularidades que Belo Monte tem, entre elas:

- EIA/RIMA sendo feito sem o Termo de Referência (que é uma espécie de guia de estudo sobre o que deve constar no EIA)
- EIA/RIMA vazio, cheio de irregularidades e sem avaliar questões cruciais,

- como a qualidade da água que será utilizada pela população de Altamira;
- EIA/RIMA confeccionado indevidamente pelas construtoras Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez (numa inversão de papéis, a Eletrobrás contrata as três maiores empreiteiras do país para fazer serviço de consultoria ambiental);
 - Aumento da área de alagamento para o reservatório de 400 km² para 668 km² sem novos Estudos de Impacto Ambiental;
 - Inviabilidade de duas aldeias indígenas (Paquiçamba e Arara da Volta Grande) e de famílias de ribeirinhos, que ficarão sem acesso à água e sem peixes, porque o rio vai praticamente secar por mais de 100 km em função de um desvio que será realizado por uma espécie de fosso. A mudança também vai causar doenças endêmicas, como a malária e a proliferação de algas pela falta de oxigênio no rio, habitado nesse trecho por mais de 370 espécies de peixes. Na região da Volta Grande do Xingu vivem mais de 12 mil famílias, entre indígenas e ribeirinhos;
 - Irregularidade na realização de audiências públicas. Somente em quatro dos 11 municípios afetados pela obra. Mesmo assim, quase sem prévio aviso, inviabilizando a participação popular;
 - Custos estimados em mais de $\frac{3}{4}$ do montante investido em Itaipu, com uma produção de energia de apenas $\frac{1}{4}$ dessa usina;
 - recusa e resistência do governo em participar da audiência pública organizada pelo MPF para tratar do tema em 2009;
 - decomposição da floresta inundada que vai gerar enorme quantidade de metano - gás de efeito estufa 25 vezes mais poderoso que o gás carbônico;
 - pressão do governo federal sobre o Ibama para aprovar uma Licença de Instalação parcial, algo que nem existe na legislação ambiental brasileira, numa tentativa de tornar o empreendimento um fato consumado;

Principais mobilizações:

- I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989;
- Lançamento, em 2005, do livro Tenotã-Mo – Alertas sobre as Conseqüências de Barramento do Rio Xingu, organizado por Oswaldo Seva Filho, da Unicamp e editado por Glenn Switkes, da International Rivers Network (livro prova que a capacidade de geração de energia de Belo Monte chegará no máximo a 1/3 do que propaga o governo, já que por 4 meses a usina ficará parada pela vazão do Rio Xingu no período de seca);
- II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 2008;
- Criação do Painel de Especialistas, formado por 39 cientistas de várias universidades brasileiras, para analisar o Estudo de Impacto Ambiental do projeto;
- Impetração de 9 ações judiciais propostas pelo MPF nos últimos 10 anos

Os movimentos sociais denunciaram ao Ministério Público Federal a forma impositiva do governo como o projeto, sem consultar os movimentos populares e o Congresso Nacional.

Em 2004 o governo Lula colocou o projeto novamente em pauta (que desde então vem andando com maior velocidade), sempre sem ouvir as comunidades, sem respeitar leis, sem ouvir os indígenas. “Desde a retomada do projeto no ano 2000, o governo federal argumentava que a obra seria realizada e financiada pela iniciativa privada. Hoje o governo anuncia que fará a obra de qualquer jeito, até com o BNDES financiando 80%”.

Em fevereiro de 2010, o Ibama forneceu uma Licença Prévia (LP) de construção com 40 condicionantes ambientais e 26 indígenas. A LP não permite o início da obra, para isso é necessária obtenção de uma Licença de Instalação (LI).

Somente como pro forma de cumprimento de lei, o governo realizou quatro audiências públicas em diferentes cidades do Estado, tudo isso numa mesma semana – inviabilizando qualquer forma de participação popular.

“Fomos enganados pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), pela Eletronorte e pela Funai (Fundação Nacional do Índio). Diante disso entramos na Justiça para pedir o cancelamento dessas audiências. O Ministério Público Federal- MPF recorreu, a Justiça de Brasília caçou todas as liminares e o governo conquistou a Licença Prévia da obra pressionando o Ibama.

Da mesma forma o governo conseguiu o leilão da obra com o improvisado consórcio Norte-Energia, formado pelas empresas Chesf, subsidiária da Eletrobras, com participação da Queiroz Galvão, Gaia Energia e outras seis empresas.

“Enfim, em todo esse período o movimento social nunca silenciou. Não fomos ouvidos, mas nunca desistimos da luta. Assim vem encaminhando esse processo do governo com o apoio do Judiciário brasileiro. Já recorreremos à Corte Interamericana, mas ainda não temos resposta”, comentou Antonia Melo.

Antonia Melo assegurou que mais de 20 equipes de jornalistas estrangeiros já visitaram a região e documentaram as irregularidades e absurdos do projeto de Belo Monte.

“Esse projeto é apenas a porta de entrada para um complexo de várias usinas na Amazônia. O governo já tomou isso como pessoal e disse que se a iniciativa privada não assumir a obra, ele mesmo vai assumir”.

“Como todos sabem, Belo Monte - se concluída – só vai gerar 4 mil megawatts dos mais de 11.000 MW prometidos, porque não terá água suficiente durante o período de estiagem do Rio Xingu, que é em torno de quatro meses. E o pior: tudo isso com recursos do povo brasileiro, uma vez que o BNDES vai participar com cerca de 80% do financiamento”.

Segundo Antonia Melo, o governo federal tenta persuadir a opinião pública de que a obra é necessária com o argumento da ameaça de apagão no país.

O cientista político João Roberto Lopes Pinto, do Ibase, abriu sua exposição com duas das várias indagações do procurador da República no Pará, Felício Ponte Jr, na publicação “Belo Monte de Violências”.

- Quem se beneficia com a UHE de Belo Monte?
- Por que essa insistência em fazer a obra?

O coordenador do Ibase lembrou que somente a gigante Vale é responsável por 7% de toda energia produzida no Brasil. Ao mesmo tempo, a Vale tem controle e participação em 12 geradoras de energia no país.

“A participação do Estado nessas hidrelétricas é somente para viabilizar o projeto”.

Belo Monte está em fase de análise no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Mas antes mesmo da realização do leilão, o banco fez indicações de quais seriam essas condições, como:

- o BNDES se comprometia em financiar até 80% do projeto.
- o spread (a remuneração básica do Banco) aplicado ficaria em 1% ao ano. Este 1% seria acrescido de 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que é a taxa básica com a qual o BNDES opera. Com isso se tem uma taxa de 7% contra 11,25% - que é a taxa com a qual o Tesouro remunera os títulos da dívida pública.
- o BNDES indicou que utilizaria do mesmo modelo de financiamento adotado nos casos das UHE de Santo Antonio e Jirau, no Rio Madeira. O modelo denominado Project Finance, é que as garantias a serem apresentadas seriam os chamados "recebíveis". Ou seja, a receita futura com a venda de energia. Dessa forma, o BNDES se torna na verdade um sócio do empreendimento.

João Lopes disse que o governo federal editou uma Medida Provisória - MP511, com força de lei, em que autoriza ao BNDES a deixar de pagar até R\$ 20 bilhões dos repasses feitos pelo Governo, num total de R\$ 180 bilhões, por meio da venda de títulos públicos.

“Isso busca dar garantia sobre garantia para as empresas que estão investindo em infra-estrutura no Brasil. Não basta financiar a juros baixos e fortemente subsidiado, tem que garantir que se não conseguirem a lucratividade esperada, essas empresas poderão, simplesmente, ter abatimentos no principal de sua dívida. Ou seja, o BNDES vira cúmplice do negócio e assume todo o risco”, explica o cientista político.

“Ou a gente entra nesse debate ou vamos ficar enxugando os dedos”, comentou ele, explicando que as condições especiais oferecidas no projeto de Belo Monte estão ocorrendo em todos os grandes investimentos no Brasil. Ele lembrou que o presidente Lula enfatizou em discurso que o Brasil quer ser “o celeiro do mundo!”.

A participação estrangeira nos projetos de barragens está no fornecimento de equipamentos, precisamente de turbinas. Empresas como Alstrom, Siemens e Andritz já fecharam contratos para fornecimento de 28 turbinas. No entanto, o grande complexo de projetos de hidrelétricas, prevê um total de 72 turbinas.

O que está por trás é uma aliança do governo federal com as indústrias eletro-intensivas, que estão entrando com suas plataformas industriais na Amazônia para mineração e produção de alumínio.

Comentando sobre a reação da opinião pública, Antonia Melo, lembrou que o governo federal anuncia o investimento e ameaça que se a obra não ocorrer haverá um grande apagão. E com esse argumento, o governo vem ganhando adesão do Judiciário, que nem se dá ao trabalho de ler as ações de contestação impetradas contra grandes obras de infra-estrutura.

João Lopes destacou que a forma como essas obras vem sendo geridas no Brasil, mostra como é a estratégia das grandes empresas de extração. “O filme Lula: o filho do Brasil é patrocinado por uma dessas empresas”, lembrou ele. São grandes oligarquias formadas durante o governo militar, que depois foram privatizadas e agora gozam de condições privilegiadas em Brasília. Além disso, não há um sistema de regulação ou controle dos fundos públicos.

Para o cientista político, a economia brasileira está mudando de escala. Ele questiona como vamos encarar isso no Brasil e nos países do terceiro mundo. Para ele, o processo de organização nas cidades precisa se aliar aos dois maiores movimentos sociais nos interiores do país: MST e MAB. “Do ponto de vista urbano, essas questões não são tratadas como conseqüentes”.

Os sindicatos hoje têm uma relação muito próxima do governo. O presidente da CUT, por exemplo, Artur Henrique, declarou apoio ao projeto Belo Monte. O movimento sindical, segundo ele, se afastou das análises críticas de atuação do BNDES.

Para o coordenador do Ibase, a cooperação internacional está sendo diminuída com as organizações sociais brasileiras, porque o Brasil está sendo visto como um país desenvolvido. Há uma tendência de desarticulação dos movimentos sociais. “Sem recursos não se faz mobilização”.

Para João Lopes, hoje a luta contra Belo Monte dialoga pouco com a luta contra Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira. O Ibase, segundo ele, está tentando articular uma plataforma comum de ação para fazer análises críticas aos modelos de financiamento do BNDES, ou seja, uma co-responsabilização do financiador a grandes projetos que não têm nenhum cunho social. “Precisamos encontrar outras plataformas comuns”, alertou ele.

Antonia Melo, compartilha da mesma opinião e disse que está se criando uma aliança dos rios da Amazônia, para reunir os povos do Xingu, Madeira e Tapajós numa luta coletiva através de uma plataforma comum.

Para a líder paraense, uma das maiores dificuldades é bater de frente com o governo Lula. O governo brasileiro está sendo visto como um bom moço, como um governo verde, de respeito aos direitos humanos e à igualdade social.

Nota: No livro: Governo Lula - um balanço crítico 2004-2010, organizado pelo Conselho Nacional de Economistas, há um capítulo sobre a atuação do BNDES escrito pelo Ibase.